



RELATÓRIO DE GESTÃO 2023

Sumário

1.A INSTITUIÇÃO.....	4
1.1.Contextualização	4
1.2.Mensagem do Dirigente	4
1.3.Equipe de Governo.....	5
1.4.Missão.....	5
1.5.Visão	5
1.6.Valores.....	5
1.7.Competências Institucionais	5
1.8.Nossas Metas	6
1.9.Continuidade Operacional	6
2.PLANO DE AÇÃO.....	7
2.1.Transferência da Sede da Companhia.....	7
2.2.Adaptações dos Atos Constitutivos da Companhia	7
2.3.Estatuto Social.....	7
2.4.Regimento Interno.....	7
2.5.Elaboração do Código de Ética e Integridade	8
2.6.Organograma.....	8
2.6.1. Descrição das Atribuições da Composição de Pessoal.....	9
2.6.1.1. Assembleia Geral.....	9
2.6.1.2. Conselho Fiscal	9
2.6.1.3. Conselho de Administração	10
2.6.1.4. Diretoria Executiva.....	10
2.6.1.5. Diretoria Administrativa e Financeira.....	11
2.6.1.6. Diretoria da Presidência	11
2.6.1.7. Diretoria Técnica e Comercial.....	11
2.6.1.8. Assessoria Técnica	12
3.INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	13
3.1.Balanço Patrimonial – 2023.....	13

3.2.Comportamento Financeiro	14
3.3.Resultados Abrangentes em Reais.....	15
3.4.Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido em Reais.....	15
3.5.Fluxo de Caixa Apresentados em Reais.....	23
4.GESTÃO PATRIMONIAL	24
4.1.Estrutura do Patrimônio e Responsabilidades.....	24
5.PROJETOS.....	25
5.1.Implantação de Usina Termelétrica a Gás Natural.....	25
5.2.Prospecção ou Extração de Gás Natural nas Jazidas do Subsolo	25
5.3.Início dos Estudos do Projeto do Terminal de GNL no Porto de Luís Correia.....	25
5.4.Concepção de Relatório Técnico de Viabilidade para Instalação de Usina Termelétrica no Litoral do Estado	26
5.5.Expansão do Gasoduto saindo de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba.....	26
5.6.Implantação de Terminal de Regaseificação de GNL no Porto de Luís Correia.....	27
6.GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA	31
7.CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
8.LESGILAÇÃO APLICÁVEL	34
9.REFERÊNCIAS	35
10. ANEXO DA GESTÃO DE PATRIMÔNIO	36

1. A INSTITUIÇÃO

1.1. Contextualização

A GASPISA é uma sociedade de economia mista dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, autorizada pela Lei Estadual n.º 5.192 de 25 de maio de 2001, com autonomia administrativa e financeira.

A concessão outorgada à Companhia, nos termos do art. 8º e 9º da Lei Estadual n.º 5.192/2001, vigorará pelo prazo de trinta anos contados da data da promulgação da Lei, podendo ser prorrogada por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração, termelétricas ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Estado do Piauí.

A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros. E ainda, poderá participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com o objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar o aproveitamento da sua infraestrutura, objetivando a prestação de outros serviços.

1.2. Mensagem do Dirigente

A Companhia de Gás do Piauí (GASPISA) é uma sociedade de economia mista, responsável pela exploração e distribuição dos serviços de gás canalizado em todo o território do Piauí. Como sociedade de economia mista, a GASPISA tem a participação do Governo do Estado do Piauí como acionista majoritário.

Em sua formação inicial, a empresa também contava com acionistas de peso no setor de energia, como a Petrobrás, através da sua controlada Gaspetro. A partir da Emenda Constitucional de 1995, os estados brasileiros passaram a ter a prerrogativa de conceder a exploração dos serviços de distribuição de gás a empresas privadas, o que

abriu caminho para a formação de companhias como a GASPIISA, com participação mista ou privada.

1.3. Equipe de Governo

- Rafael Fonteneles - Governador do Estado do Piauí;
- Paulo Roberto Cardoso de Sousa - Diretor Presidente;
- Fábio Moreira Amorim - Diretor Administrativo-Financeiro.

1.4. Missão

A missão da GASPIISA é atuar de forma segura e rentável na comercialização e distribuição de gás natural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí, considerando os interesses dos acionistas.

1.5. Visão

Ser reconhecida como uma grande empresa distribuidora de Gás Natural, atuando com foco na rentabilidade e na segurança operacional.

1.6. Valores

Espírito empreendedor e de superar desafios; Foco na obtenção de resultados de excelência; Disciplina de Capital nos investimentos; Ética nos negócios; Espírito inovador com foco na diferenciação em qualidade do produto e competência Tecnológica. Compromisso e responsabilidade com a segurança operacional, meio ambiente e a comunidade; Respeito e atenção aos clientes internos e externos; Integração através do trabalho em equipe.

1.7. Competências Institucionais

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração, termelétricas ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Estado do Piauí.

A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros.

E ainda, poderá participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com o objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar o aproveitamento da sua infraestrutura, objetivando a prestação de outros serviços.

1.8. Nossas Metas

- Obter preços competitivos para distribuição de gás natural no Piauí e a tarifa de movimentação de gás para o consumidor livre;
- Atuação da empresa, como a busca por parceiros para pesquisa de gás natural e a participação em discussões sobre o mercado de energia;
- Fomento de Leis e documentos oficiais em consonância com a concessão e prestação de serviços da GASPIISA no estado do Piauí.

1.9. Continuidade Operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e dependerá de novos aportes de acionistas para continuar em fase pré-operacional até o início efetivo de suas operações. Para o início das operações, a distribuição de gás natural comprimido e/ou liquefeito deverá ocorrer via caminhões.

Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás canalizado, a qual depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí ou tendo como origem as descobertas na Bacia do Parnaíba - MA ou ainda a partir de descobertas de gás natural na porção piauiense da mesma bacia.

2. PLANO DE AÇÃO

2.1. Transferência da Sede da Companhia

Dentre as entregas apontadas no Plano de Ação da GASPIISA estava prevista acontecer a transferência da sede da Companhia de Gás do Piauí, para a sede da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba – PI, assim como a transferência dos arquivos, contabilidade, e afins. Tal ação foi executada dentro do prazo estipulado, estando atualmente realizando suas atividades administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e demais obrigações na nova sede, localizada na ZPE Piauí, na cidade de Parnaíba – PI.

2.2. Adaptações dos Atos Constitutivos da Companhia

A Lei n.º 13.303 entrou em vigor em 2016 e trouxe uma série de mudanças no âmbito do Direito Administrativo que trata sobre o estatuto jurídico de empresas públicas e sociedades de economia mista, no que tange a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Esta Lei foi editada e inserida no ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de compelir as empresas estatais e sociedades de economia mista a adotarem e seguirem boas práticas de governança corporativa, bem como para estabelecer e reforçar a eficácia da gestão.

2.3. Estatuto Social

Foi prevista no Plano de Ações da GASPIISA a adequação do Estatuto Social da Companhia de Gás do Piauí nos termos da Lei n.º 13.303/2016. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta das adequações sugeridas no Estatuto Social da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data aguardando parecer.

2.4. Regimento Interno

No Plano de Ações da GASPIISA estava prevista a adequação do Regimento Interno da Companhia de Gás do Piauí nos termos da Lei n.º 13.303/2016. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta das adequações sugeridas no Regimento Interno da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data aguardando parecer.

2.5. Elaboração do Código de Ética e Integridade

Visando cumprir as determinações legais atinentes as entidades estatais previstas na Lei n.º 13.303/2016, com o objetivo de levar boas práticas de governança corporativa, foi preparada uma minuta do Código de Ética e Integridade da GASPIISA. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta do Código de ética e Integridade da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data aguardando parecer.

2.6. Organograma

Diante das adequações sugeridas nas minutas do Estatuto Social e Regimento Interno da Companhia de Gás do Piauí, foi sugerido adequação também no Organograma da GASPIISA nos termos do que dispõe a Lei n.º 13.303/2016. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta das adequações sugeridas no Organograma da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data, aguardando o parecer.

Figura 01: Organograma.



Fonte: GASPIISA 2023.

2.6.1. Descrição das Atribuições da Composição de Pessoal

A seguir apresentamos uma descrição clara, profissional e completa das atribuições da composição de pessoal em uma empresa de economia mista, estruturada conforme boas práticas de governança, legislação aplicável (Lei 6.404/1976, Lei 13.303/2016) e modelos utilizados em estatais brasileiras. A “composição de pessoal” envolve todos os órgãos que exercem funções de direção, controle, fiscalização e execução na empresa. Organizamos as atribuições por órgão de governança e níveis de pessoal para facilitar o uso em manuais, estatutos, relatórios ou organogramas.

2.6.1.1. Assembleia Geral

As competências da Assembleia Geral em uma empresa de economia mista seguem principalmente a Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), complementadas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e pelo estatuto social da companhia. A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da empresa — inclusive quando o Estado é o acionista controlador — e possui competências exclusivas e indelegáveis.

Competências: Eleger e destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Aprovar as demonstrações financeiras e a destinação dos resultados, Alterar o estatuto social, Deliberar sobre fusões, incorporações, cisões e reestruturações relevantes, Aprovar a remuneração global da administração, Autorizar aumento ou redução de capital.

2.6.1.2. Conselho Fiscal

As competências do Conselho Fiscal de uma empresa de economia mista no Brasil estão previstas principalmente na Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e nos estatutos sociais de cada companhia.

- Marta Bernadeth Soares - Acionista do Estado do Piauí;
- José Augusto Gomes Nogueira – Acionista Termogás;
- André Gustavo Lins de Macedo – Acionista Termogás;

Competências: Fiscalizar os atos da administração, Analisar demonstrações financeiras, Opinar sobre propostas da administração, Acompanhar auditorias internas e externas, Requisitar informações e documentos, Denunciar irregularidades, Convocar a Assembleia Geral, Avaliar operações com partes relacionadas, Examinar contingências, provisões e riscos, Garantir a conformidade com a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016).

2.6.1.3. Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração em uma empresa de economia mista (estatal de capital misto) derivam principalmente da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e do estatuto social de cada companhia.

O Conselho de Administração (CA) é o órgão estratégico da empresa, responsável por direcionar, supervisionar e controlar a gestão executiva.

- Jorge Antônio P. Lopes – Acionista do Estado do Piauí;
- Luís Coelho da Luz Filho - Acionista do Estado do Piauí;
- Antônio Rodrigues de Souza Neto - Acionista do Estado do Piauí;
- Roberto Menezes de Pedrosa - Acionista Termogás;
- José Carlos de S. Garcez - Acionista do Termogás.

Competências: Definir a estratégia e as diretrizes da companhia, Supervisionar a Diretoria Executiva, Aprovar orçamentos e planos de investimento, Zelar pela governança, integridade e conformidade, Autorizar operações relevantes, Definir políticas corporativas, essenciais, Aprovar demonstrações financeiras antes da Assembleia, Convocar Assembleias Gerais, Decidir sobre reestruturações societárias, Aprovar processos de licitação e contratos relevantes (Lei 13.303/2016), Deliberar sobre a remuneração da administração, Monitorar resultados e desempenho, Responder pela fiscalização da gestão.

2.6.1.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva de uma empresa de economia mista é o órgão responsável pela gestão cotidiana, pela execução da estratégia definida pelo Conselho de Administração e pela administração operacional da companhia. Suas competências decorrem da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e do estatuto social.

- Paulo Roberto Cardoso de Sousa – Diretor Presidente;
- Fábio Moreira Amorim – Diretor Administrativo Financeiro.

Competências: Executar a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração, Administrar as operações da empresa, Representar a companhia, Elaborar e propor planos e relatórios, Gerir recursos financeiros e patrimoniais, Implementar e monitorar controles internos, compliance e integridade, Contratar e gerir pessoal.

Propor atos societários e negócios relevantes, Submeter matérias ao Conselho de Administração, Garantir o cumprimento de leis, regulamentos e estatutos, Gerir riscos e assegurar continuidade operacional, Executar decisões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

2.6.1.5. Diretoria Administrativa e Financeira

A seguir estão as competências típicas e formalmente reconhecidas da Diretoria Administrativa e Financeira em uma empresa de economia mista, estruturadas de acordo com boas práticas de governança, a Lei 6.404/1976, a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e padrões utilizados em estatutos de estatais brasileiras.

- Fábio Moreira Amorim – Diretor Administrativo Financeiro.

Competências: Gestão Financeira e Orçamentária, Controladoria, Contabilidade e Demonstrações Financeiras, Administração e Gestão de Recursos Internos, Gestão de Compras, Suprimentos e Contratos, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação (quando subordinada a esta diretoria), Gestão Patrimonial e de Ativos Conformidade, Controles Internos e Integridade, Apoio Estratégico à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, Representação Técnica Institucional.

2.6.1.6. Diretoria da Presidência

A seguir, apresento as competências típicas da Diretoria da Presidência em uma empresa de economia mista, considerando boas práticas de governança corporativa (OCDE, IBGC) e o arcabouço jurídico aplicável (Lei nº 6.404/76 – LSA e Lei nº 13.303/16 – Lei das Estatais).

- Paulo Roberto Cardoso de Sousa – Diretor Presidente.

Competências: Representação Institucional e Estratégica, Liderança e Direção da Alta Administração, Execução das Diretrizes do Conselho de Administração, Gestão de Riscos e Conformidade, Supervisão da Governança Corporativa, Gestão e Supervisão dos Resultados Corporativos, Coordenação de Processos Decisórios Críticos, Administração Geral da Empresa, Integridade, Ética e Transparência, Competências Específicas do Cargo (quando previstas no estatuto).

2.6.1.7. Diretoria Técnica e Comercial

A seguir estão as competências típicas da Diretoria Técnica e da Diretoria Comercial em uma empresa de economia mista, alinhadas às boas práticas de governança corporativa (IBGC, OCDE), à Lei nº 6.404/76 e à Lei nº 13.303/16.

O conteúdo é aplicável a empresas públicas e sociedades de economia mista que atuem em setores como energia, saneamento, transporte, tecnologia, serviços públicos etc.

- Fábio Moreira Amorim – Diretor Técnico e Comercial.

Competências: Competências da Diretoria Técnica: Gestão Operacional e Técnica, Engenharia, Projetos e Obras, Inovação e Tecnologia, Gestão de Ativos e Infraestrutura, Atendimento Técnico a Órgãos Reguladores, Segurança Operacional e Meio Ambiente, Apoio Técnico à Diretoria Executiva e ao Conselho; Competências da Diretoria

Comercial: Estratégia Comercial e Gestão de Mercado, Gestão de Clientes e Relacionamento, Gestão de Receitas, Contratos Comerciais, Marketing, Comunicação Comercial e Marca, Expansão de Negócios e Parcerias, Gestão de Indicadores e Desempenho Comercial.

2.6.1.8. Assessoria Técnica

A seguir estão as competências típicas da Assessoria Técnica em uma empresa de economia mista, alinhadas às boas práticas de governança (IBGC, OCDE), à Lei nº 6.404/76 e à Lei nº 13.303/16. A Assessoria Técnica atua como suporte especializado à Presidência, ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, oferecendo análises, estudos e pareceres técnico-estratégicos.

Competências: Suporte Técnico à Alta Administração, Análise de Projetos, Investimentos e Propostas Estratégicas, Apoio Técnico-Regulatório, Planejamento e Monitoramento Estratégico, Gestão de Informações, Dados e Estudos Especializados, Articulação Institucional e Comunicação Técnica, Gestão de Riscos e Conformidade Técnica, Suporte a Processos Decisórios, Inovação e Melhoria de Processos.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis abaixo referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPIISA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.1. Balanço Patrimonial – 2023

Conforme tabela 01, o balanço demonstra uma expansão do total de ativos, passando de aproximadamente R\$ 135 miL (2022) para R\$ 295 mil (2023). Esse crescimento indica uma maior capacidade operacional e reforço patrimonial, sugerindo movimentações relevantes no exercício, como investimentos ou reforço de capital.

O ativo circulante teve aumento expressivo, destacando, caixa e equivalentes, por exemplo, um crescimento significativo, contribuindo para maior liquidez imediata.

Sobre os créditos com terceiros e impostos a recuperar, permanecem relativamente estáveis. Para as despesas antecipadas, mantêm participação modesta na estrutura.

Esse conjunto reflete uma posição de liquidez fortalecida, ampliando a flexibilidade financeira da companhia. Os principais pontos a observar são, os investimentos mantêm proporção adequada no total de ativos, o imobilizado e intangível permanece consistentes, representando os recursos utilizados na operação e infraestrutura da empresa.

A composição reflete as obrigações normais do ciclo operacional e indica atividade empresarial dinâmica e expansão de operações.

O patrimônio líquido é composto por, capital social sólido, sem variações entre os anos, adiantamento para futuro aumento de capital, contribuindo para o fortalecimento estrutural da empresa, que fazem parte dos registros contábeis do histórico da companhia.

O conjunto demonstra o suporte dos acionistas e a continuidade dos investimentos na empresa.

O balanço demonstra expansão de operações e robustez na liquidez, com expressivo aumento no ativo circulante. Há estabilidade no ativo não circulante, refletindo manutenção e desenvolvimento das estruturas essenciais. O patrimônio líquido permanece sustentado por capital relevante e aportes de longa duração.

Tabela 01: Balanço Patrimonial 2023.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA
BALANÇO PATRIMONIAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais R\$)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	218.749	96.263	Fornecedores	14	2.736	6.481
Créditos com Terceiros	6	7.610	7.323	Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	15	10.522	12.320
Impostos a recuperar	7	6.466	6.094	Outras Obrigações	16	289.922	37.934
Despesas Antecipadas		1.076	423	Provisões	17	29.446	14.800
Total dos ativos circulantes		233.901	110.113	Total dos passivos circulantes		312.626	91.543
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Comp./Rest. Fiscais em Andamento	8	885	1.698	Capital Social Subscrito	18	18.002.674	18.002.674
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9	48.462	-	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19	4.375.300	3.025.300
Investimentos	10	9.120	9.120	Prejuízos acumulados		(14.395.919)	(12.954.700)
Imobilizado	11	10.097	12.383	Total do patrimônio líquido		(17.744)	43.474
Intangível	12	618	803				
Diferido	13	3.421.698	3.421.698				
(-) Perda por Redução ao Valor Recuperável		(3.421.698)	(3.421.698)				
Total dos ativos não circulantes		61.180	25.004				
TOTAL DOS ATIVOS		295.081	135.118	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		295.081	135.018

Fonte: GASPISA 2023.

3.2. Comportamento Financeiro

Com base na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), apresentado na tabela 02, da Companhia de Gás do Piauí - GASPISA referente aos anos de 2022 e 2023:

Tabela 02: Comportamento Financeiro 2023.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em reais R\$)

	Nota Explicativa	2023	2022
RECEITA E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(1.606.237)	(788.186)
Outras Receitas Operacionais		-	-
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
Perda por Valor Recuperável dos Ativos		-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.606.237)	(788.186)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	2.761	16.261
Despesas financeiras	21	(7.742)	(2.364)
Total		(4.982)	13.897
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.611.218)	(774.289)

Fonte: GASPISA 2023.

3.2.1. Comportamento Operacional (DRE)

Com base na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), mencionado na tabela 02, a Companhia de Gás do Piauí - GASPISA, apresentou a análise focada estritamente no comportamento operacional da entidade para os exercícios de 2022 e 2023.

3.3. Resultados Abrangentes em Reais

Conforme tabela 03, este relatório apresenta a análise do resultado abrangente em reais da Companhia de Gás do Piauí – GASPISA referente aos exercícios de 2023 e 2022. O objetivo é detalhar o desempenho econômico evidenciado na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), destacando os efeitos do resultado líquido e de eventuais outros resultados abrangentes no patrimônio da Companhia.

Tabela 03: Resultados Abrangentes em Reais 2023.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais R\$)

	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.611.218)	(774.289)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(1.611.218)	(774.289)

Fonte: GASPISA 2023.

3.4. Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido em Reais

A Companhia de Gás do Pia   – GASPISA, nos exercícios finalizados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. A Demonstr  o das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) permite avaliar, de forma estruturada, as alterações ocorridas nos elementos patrimoniais entre 2021, 2022 e 2023. A seguir, são analisados os principais componentes: capital social, adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), prejuízos acumulados e o patrimônio líquido total, todos expressos em reais, apresentado na tabela 04.

Tabela 04: Moviment  o da Mutação do Patrimônio Líquido em Reais 2023.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		9.252.674	3.000.000	(12.210.411)	42.263
Integralização de capital		750.000	(750.000)	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19	-	775.500	-	775.500
Prejuízo do exercício		-	-	(774.289)	(774.289)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		10.002.674	3.025.500	(12.984.700)	43.474
Integralização de capital		-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19	-	1.550.000	-	1.550.000
Prejuízo do exercício		-	-	(1.611.218)	(1.611.218)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		10.002.674	4.575.500	(14.595.918)	(17.744)

Fonte: GASPISA 2023.

3.5. Fluxo de Caixa Apresentados em Reais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia a movimentação financeira da GASPISA em suas três atividades principais — operacionais, de investimento e de financiamento — permitindo avaliar a capacidade da empresa de gerar caixa, sustentar suas operações e financiar seu crescimento. A seguir, apresenta-se uma análise detalhada dos fluxos em reais, conforme tabela 05.

Tabela 05: Fluxo de Caixa Apresentado em Reais

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022			
(Valores expressos em reais R\$)			
	Nota Explicativa	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(1.611.218)	(774.289)
Depreciação e amortização	20	5.377	6.761
Valor Residual de bens baixados do ativo imobilizado	11 e 12	-	4.024
(Redução) Aumento nos ativos operacionais:			
Créditos com Terceiros	6	(286)	-
Impostos a recuperar	7	(462)	(1.435)
Despesas Pagas Antecipadas		(653)	(72)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.746)	289
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais		(1.798)	147
Outras Obrigações		211.988	(12.270)
Provisões		14.837	0
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.385.961)	(776.844)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Compensações/Restituições Fiscais	8	1.814	(2.094)
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	9	(40.462)	9.120
Investimentos - TMN Transportadora	10	-	(9.120)
(-) Perda por Redução ao Valor Recuperável	20	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	-	(1.212)
(-) Perda por Redução ao Valor Recuperável(Diferido)	13	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(38.648)	(3.306)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	1.550.000	775.500
Integralização de capital		-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.550.000	775.500
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		125.391	(4.650)
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	5	96.263	100.913
No fim do exercício	5	218.749	96.263
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		122.486	(4.650)

Fonte: GASPISA 2023.

4. GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial da GASPISA, enquanto empresa de economia mista, exige a conciliação entre princípios de eficiência econômica, responsabilidade social e conformidade com a legislação aplicável ao setor público e privado. Nesse contexto, o acompanhamento, a proteção e a valorização do patrimônio constituem pilares essenciais para garantir a continuidade operacional, a transparência e a sustentabilidade financeira da companhia.

4.1. Estrutura do Patrimônio e Responsabilidades

O patrimônio da GASPISA é composto por bens, direitos, obrigações, investimentos e recursos de acionistas públicos e privados. Por ser uma empresa de economia mista, sua administração patrimonial é regida tanto pelas normas da iniciativa privada quanto pelos princípios constitucionais da Administração Pública, como legalidade, eficiência, economicidade e prestação de contas. A gestão patrimonial envolve o controle e registro adequado de ativos e passivos, análise contínua da situação econômico-financeira, adoção de práticas modernas de governança e transparência, execução de políticas que assegurem o equilíbrio patrimonial e o uso responsável dos recursos dos acionistas.

5. PROJETOS

A Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA coleciona aqui os projetos que fizeram parte do Planejamento da Companhia para o exercício de 2023, fazendo constar um breve relato dos resultados esperados, que ainda não se materializaram em decorrência de uma nova estratégia governamental.

5.1. Implantação de Usina Termelétrica a Gás Natural

O Governador do Estado do Piauí solicitou ao Ministério de Minas e Energia a formação de Grupo de Trabalho para discussão e articulação de parâmetros viáveis para instalação de Unidade Termelétrica no Estado do Piauí. E ainda, requereu que o leilão seja realizado com foco na região metropolitana de Parnaíba, por ser uma região de grande potencial para a geração de energia e polo industrial intensivo em energia. É objetivo da Companhia viabilizar a conclusão dos estudos que demonstrem a efetividade da Implantação de Usina Termelétrica a gás natural na ZPE Piauí.

5.2. Prospeção ou Extração de Gás Natural nas Jazidas do Subsolo em Regiões Estratégicas do Estado

A Companhia de Gás do Piauí visa contribuir para que ocorram ações de prospeção ou exploração de gás natural nas jazidas do subsolo de Regiões estratégicas do Estado do Piauí, possibilitando sua extração e produção economicamente viável através de práticas que minimizem os impactos ambientais.

5.3. Início dos Estudos do Projeto do Terminal de GNL no Porto de Luís Correia

No Plano de Ações da GASPIISA estava previsto o início dos Estudos do Projeto do Terminal de GNL (Gás Natural Liquefeito) para instalação na estrutura do cais de atracação em Luís Correia. O início dos estudos foi apresentado pela TMN Transportadora S.A. dentro do prazo estipulado no plano de ação, onde foram apresentadas três alternativas de Terminal de GNL em Luís Correia.

5.4. Concepção de Relatório Técnico de Viabilidade para Instalação de Usina Termelétrica no Litoral do Estado

No Plano de Ações da GASPIISA estava prevista a Concepção de Relatório Técnico de Viabilidade para Instalação de Usina Termelétrica no Litoral do Estado do Piauí. Foi apresentado dentro do prazo estipulado relatório contendo proposta de Ajuste para o Leilão de Reserva de Capacidade de Energia (LRCE/23), onde utiliza parametrização que permitirá a viabilização do próximo LRCE.

5.5. Expansão do Gasoduto saindo de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba

É objetivo da GASPIISA viabilizar os estudos para expansão do Gasoduto de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba, através de um modelo que possibilite um projeto futuro com otimização de custos para implantação.

Figura 01: Mapa Expansão do Gasoduto Fortaleza – Teresina – Parnaíba.



Fonte: GASPIISA 2023.

É objetivo da GASPIISA viabilizar os estudos para expansão do Gasoduto de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba, através de um modelo que possibilite um projeto futuro com otimização de custos para implantação. Uma apresentação da atual situação do gasoduto. Já existe o estudo ambiental licenciado e esperamos unir ações conjuntas para buscar investimentos junto ao Governo Federal para viabilizar a construção da obra”, explica o diretor administrativo da GASPIISA, Fábio Amorin.

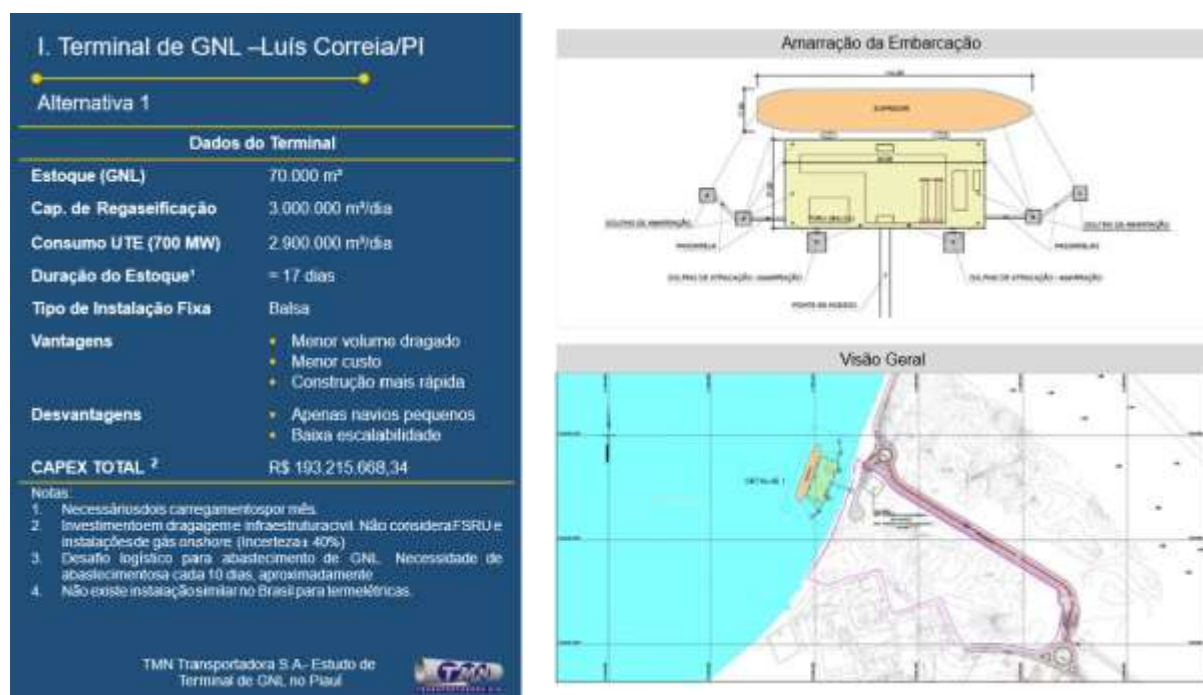
Com extensão de 948 quilômetros e vazão de 5,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, o gasoduto Meio Norte terá capacidade para abastecer os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. A instalação do gasoduto gera atrativos para a implantação de indústrias no Estado, além do abastecimento o consumo doméstico da população. “São muitos os benefícios com a

implantação do gasoduto Meio Norte. Essa matriz energética é essencial para o nosso Estado poder receber indústrias de grande porte e, também, pode contribuir no uso comercial e doméstico”, disse.

5.6. Implantação de Terminal de Regaseificação de GNL no Porto de Luís Correia

A Companhia almeja viabilizar a conclusão dos estudos que demonstrem a efetividade da Implantação do Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL), possibilitando assim atender às Termelétricas, sendo fonte energética com grande capacidade de suprimento para as indústrias instaladas na Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba – PI. Entre os projetos estratégicos da GASPIISA, destaca-se o Terminal de GNL em Luís Correia, desenvolvido em parceria com a TMN Transportadora S.A.

Figura 02 – Alternativa 1: Visão Geral do Terminal de GNL.



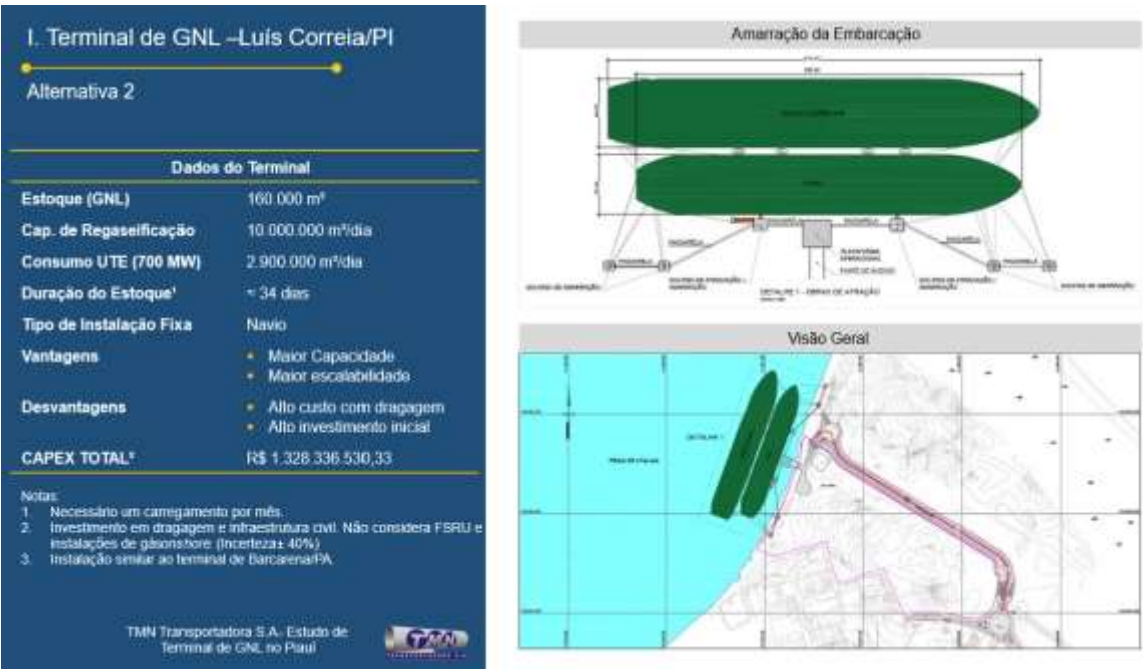
Fonte: TMN Transportadora, 2023.

Figura 03 – Alternativa 2: Visão Geral do Terminal de GNL.



Fonte: TMN Transportadora,2023.

Figura 04 – Alternativa 1: Modelo Barcarena/PA.



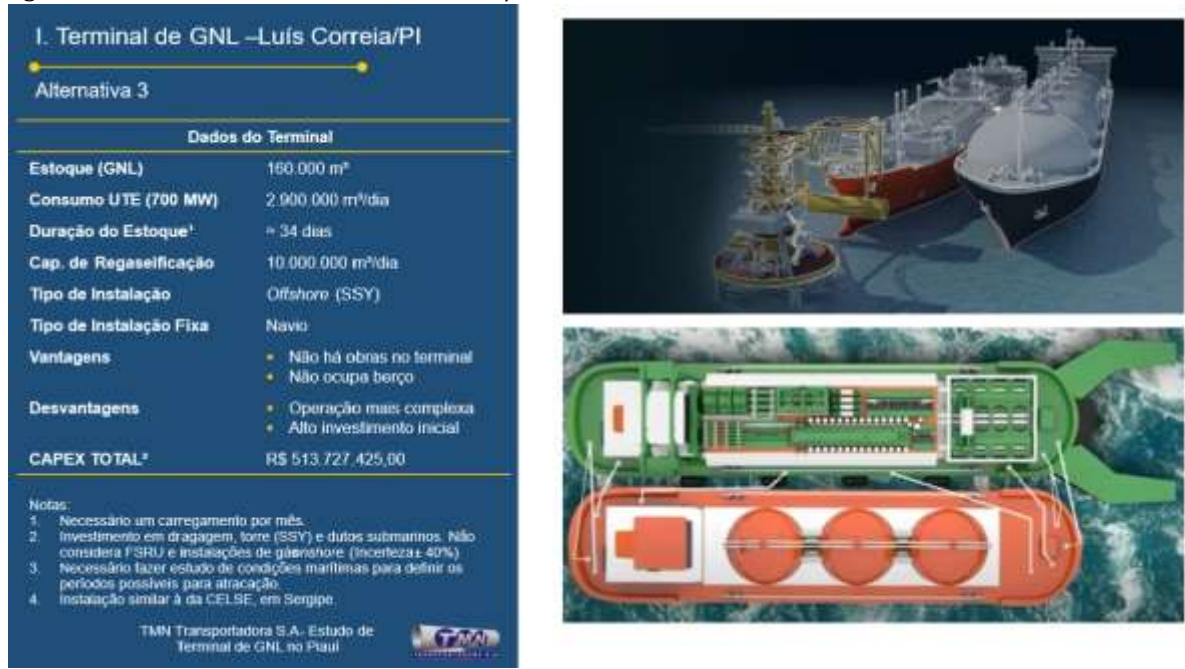
Fonte: TMN Fonte: TMN Transportadora,2023.

Figura 05 – Alternativa 2: Modelo Barcarena/PA.



Fonte: TMN Transportadora, 2023.

Figura 06 – Alternativa 3: Modelo Barcarena/PA



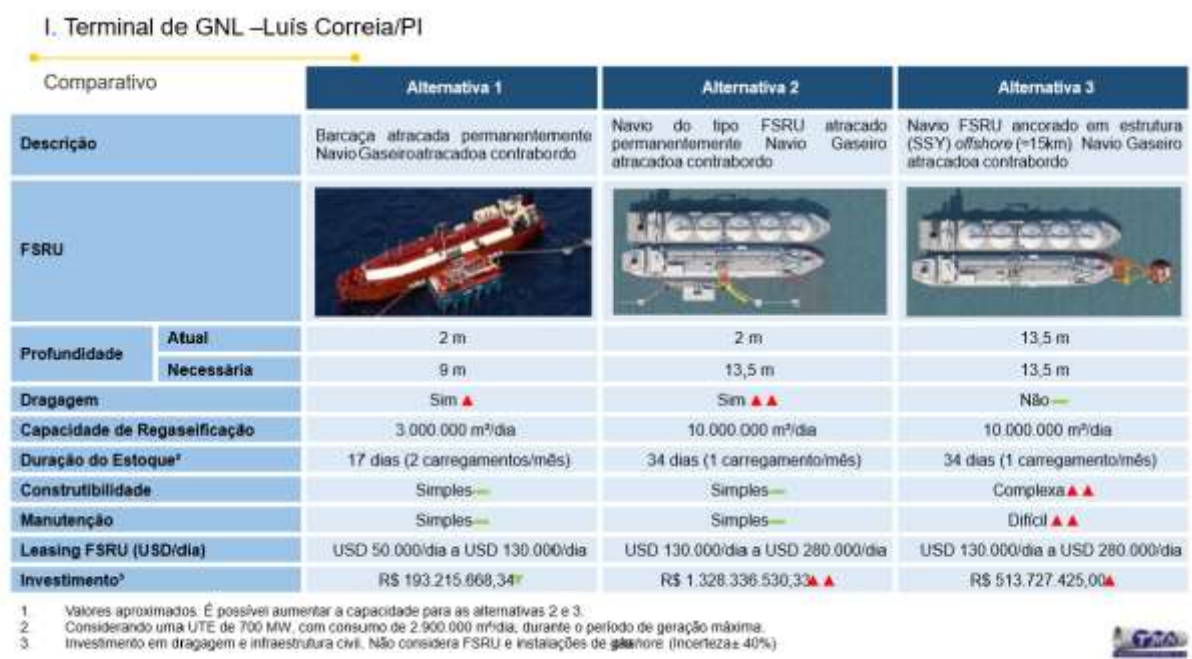
Fonte: TMN Transportadora, 2023.

Figura 07 – Alternativa 4: Modelo Barcarena/PA.



Fonte: TMN Transportadora, 2023.

Figura 08: Terminal de GNL – Luís Correia/PI.



Fonte: TMN Transportadora, 2023

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

A GASPISA, enquanto empresa de economia mista com participação acionária pública e privada, tem sua atuação pautada por elevados padrões de governança corporativa, integridade institucional e transparência na gestão. Essa estrutura é fundamental para assegurar a legitimidade das decisões estratégicas, a responsabilidade na utilização dos recursos e a confiança dos acionistas, colaboradores, órgãos de controle e sociedade.

A governança da GASPISA é estruturada de forma a garantir equilíbrio entre as instâncias decisórias, fiscalização eficiente e alinhamento ao interesse público. Seus principais órgãos de governança incluem, Assembleia Geral – instância soberana, responsável pela deliberação sobre temas estratégicos, aprovação de demonstrações contábeis, eleição de membros dos conselhos e alterações estatutárias.

Conselho de Administração – órgão colegiado responsável pela definição das diretrizes estratégicas, supervisão da gestão executiva e acompanhamento dos resultados. Conselho Fiscal – estrutura independente encarregada de fiscalizar os atos da administração, examinar demonstrações financeiras e assegurar conformidade legal e contábil.

Diretoria Executiva – responsável pela condução operacional da empresa, implementação das políticas aprovadas pelo Conselho e gestão diária das atividades. Essa arquitetura de governança garante que as decisões não dependam de uma única autoridade, promovendo equilíbrio, transparência e responsabilidade.

A GASPISA adota práticas de conformidade alinhadas às melhores referências nacionais e internacionais, observando os princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência da Administração Pública, normas regulatórias aplicáveis às empresas de economia mista como políticas internas de controles, auditoria, riscos e integridade, mecanismos de prevenção e detecção de irregularidades.

O compromisso com a integridade institucional reforça a credibilidade da empresa e reduz vulnerabilidades operacionais e reputacionais.

A transparência é um dos pilares centrais da atuação da GASPISA. Por ser uma empresa de economia mista, sua responsabilidade vai além das exigências típicas do setor privado, abrangendo publicação regular de demonstrações contábeis e relatórios de gestão, divulgação de informações econômico-financeiras de forma acessível e tempestiva, publicidade dos atos de administração e decisões estratégicas, atendimento às normas de acesso à informação e aos órgãos de controle interno e externo, canais permanentes de comunicação com a sociedade e os acionistas. Essa prática fortalece a confiança pública e garante maior controle social sobre a atuação da empresa.

Os mecanismos de fiscalização e controle da GASPIISA é submetida simultaneamente ao controle, dos órgãos societários internos (Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Comitês de Apoio), dos acionistas (por meio da Assembleia e da divulgação de informações), dos órgãos de controle público (Controladoria Geral, Tribunal de Contas, Ministério Público quando aplicável), da auditoria independente, que avalia periodicamente os demonstrativos financeiros. Essa multiplicidade de instâncias reforça o compromisso com a boa gestão, a conformidade legal e a prevenção de falhas ou irregularidades.

A governança corporativa praticada pela GASPIISA não se limita ao cumprimento das normas. Ela se traduz em uma cultura organizacional que valoriza, ética nas relações, decisões colegiadas e baseadas em evidências, prestação de contas responsável, alinhamento das decisões ao interesse público, respeito ao acionista minoritário, responsabilidade socioeconômica no setor em que atua. Essa cultura garante que a empresa atue com visão de longo prazo, evitando práticas oportunistas ou desequilíbrios que comprometam seu desempenho futuro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2023 evidencia avanços institucionais significativos na GASPIISA, especialmente em governança, conformidade legal e estrutura administrativa, ao mesmo tempo em que revela importantes desafios financeiros, patrimoniais e operacionais.

Analisando a situação institucional e governança corporativa demonstra que a GASPIISA, sociedade de economia mista regulada pela Lei 6.404/1976 e pela Lei 13.303/2016, avançou no processo de modernização institucional, adotando práticas alinhadas ao IBGC e à OCDE. Foram destaque em 2023, a adequação do Estatuto Social, Regimento Interno e Código de Ética às exigências da Lei das Estatais, a revisão do organograma e definição das competências dos conselhos e diretorias, fortalecimento da conformidade, integridade institucional e prestação de contas. Essas medidas elevam o padrão de governança e reduzem riscos jurídicos, contribuindo para maior credibilidade perante acionistas e órgãos de controle.

Na estrutura organizacional, a empresa apresenta arquitetura de governança sólida, com alguns setores importantes na composição do organograma, como Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretorias Executivas.

A GASPIISA avançou em iniciativas estratégicas com potencial de alto impacto econômico para o Estado, promovendo estudos para implantação de usina termelétrica, a prospecção de jazidas de gás natural, avanços no projeto do Terminal de GNL em Luís Correia e a negociações para expansão do Gasoduto Meio-Norte (Fortaleza-Teresina- Parnaíba). Tais projetos representam oportunidades estruturantes para geração futura de receitas e ampliação do mercado energético estadual.

Conclui-se que o exercício de 2023 demonstra, maturidade crescente em governança e com um potencial estratégico elevado, condicionado à execução dos grandes projetos.

A GASPIISA encontra-se em um ponto decisivo voltado para o fortalecimento da governança e a condução adequada dos projetos estruturantes podem transformar o cenário atual; entretanto, a continuidade do modelo econômico vigente, sem ajustes, tende a aprofundar os prejuízos e comprometer sua sustentabilidade.

8. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEI ESTADUAL Nº 5.192, DE 25 DE MAIO DE 2001

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

LEI Nº 11.909, DE 4 DE MARÇO DE 2009

LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda P. “Governança Corporativa nas Empresas Estatais: impactos da Lei 13.303/2016”. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 70, n. 2, 2019.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

FURTADO, Lucas Rocha. Teoria do Estado Empresário. Brasília: TCU, 2015.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei das Estatais – Lei 13.303/2016. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

NUNES, Ricardo. “Transparência e Accountability em Estatais”. Cadernos Gestão Pública, v. 12, 2021.

OECD. OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises. Paris: OECD Publishing, 2015.

PACHECO, Carlos Alberto; SADECK, Francisco. Governança Corporativa no Setor Público e Estatais. Brasília: TCU, 2020.

PEREIRA, Cláudia Fernanda; PACHECO, Sandro Luís. Governança Pública em Empresas Estatais. Brasília: ENAP, 2021.

RODRIGUES, Gustavo; FARIA, Leonardo. “Sustentabilidade financeira das sociedades de economia mista”. RAP – Revista de Administração Pública, FGV, 2020.

SILVA, Marcos Paulo. “O Regime Jurídico Híbrido das Sociedades de Economia Mista”. Revista de Direito Administrativo, v. 281, 2019.

SUNDFELD, Carlos Ari. Direito das Estatais. São Paulo: Malheiros, 2019.

10. ANEXO DA GESTÃO DE PATRIMÔNIO



TERMO DE ESPONSABILIDADE

O órgão recebedor do(s) bem(ns) discriminado(s) neste TERMO DE RESPONSABILIDADE deverá se responsabilizar pela guarda, conservação e bom uso do material, orientando o(s) servidor(es) que irá(ão) manusear ou utilizar o bem, conforme preceitua a legislação em vigor.

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ									
Móveis e Utensílios									
DATA DA AQUISIÇÃO	Nº TOMBAMENTO	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DOS BENS EM USO	FORMA DE AQUISIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CONDIÇÕES DE USO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE DEPRECIACÃO DO BEM	VALOR LÍQUIDO DO BEM
02/07/2002	1	110032	Sofá 3 lugares Detroit NF nº 110032	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	449,50	449,50	0,00
02/07/2002	2	110032	Sofá 2 lugares Detroit NF nº 110032	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	449,50	449,50	0,00
02/07/2002	5	22825	Cad. Telasul Preto NF nº 22825	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	234,00	234,00	0,00
02/07/2002	6	22825	Cad. Telasul Preto NF nº 22825	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	234,00	234,00	0,00
12/07/2002	7	156196	Poltrona Fixa com Braços NF nº156196	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	171,34	171,34	0,00
12/07/2002	8	156196	Poltrona Fixa com Braços NF nº156196	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	171,34	171,34	0,00
29/07/2002	13	25774	Refrigerador – Consul NF 025774	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	495,00	495,00	0,00
22/08/2002	18	97	Mesa de trabalho 170x70x74, MC 1700 – Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	233,15	233,15	0,00
22/08/2002	22	97	Gav. Suspenso c/ 03 gavetas – Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	124,84	124,84	0,00
22/08/2002	25	97	Arm. Alto 02 portas-89x49x1,59 - Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	346,08	346,08	0,00
22/08/2002	26	97	Arm. Alto 02 portas-89x49x1,59 - Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	346,08	346,08	0,00
22/08/2002	27	97	Mesa retangular 200x100, MC 2000 Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	311,80	311,80	0,00
22/08/2002	32	98	Suporte p/ CPU - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	40,63	40,63	0,00
22/08/2002	33	98	Suporte p/ CPU - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião-Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	40,63	40,63	0,00
22/08/2002	34	98	Arquivo 04 gav.p/ pasta suspensa - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	132,29	132,29	0,00
22/08/2002	35	98	Arquivo 04 gav.p/ pasta suspensa - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	132,29	132,29	0,00
22/08/2002	36	98	Carteira presidenta c/ braço preta - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	284,92	284,92	0,00
22/08/2002	38	99	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0099	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,00
22/08/2002	40	101	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0101	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,00
22/08/2002	41	102	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0102	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,00
22/08/2002	42	103	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0103	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,00
04/02/2003	48	174	Mesa 170x70x74, bege. NF 174	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião-Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	238,21	238,21	0,00
04/02/2003	49	174	Arquivo Suspenso c/3 Gavetas, NF 174	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião-Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	113,13	113,13	0,00
04/02/2003	51	174	Cad.Diretor c/braço,reta, NF 174	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião-Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	276,87	276,87	0,00
18/11/2003	60	711	Central Telefônica Micro Pabx 6020 NF 711	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.920,00	1.920,00	0,00
19/11/2003	63	688	Balcão baixo duas portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Sala Dir. Presidente	Ativo - Bom	328,44	328,44	0,00
19/11/2003	64	688	Armário Alto 2 portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	307,65	307,65	0,00
19/11/2003	65	688	Armário Misto 2 portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	273,84	273,84	0,00
19/11/2003	67	688	Balcão duas portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	165,90	165,90	0,00
24/11/2003	69	702	Poltrona Interl.pé SKI NF 0702	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	268,95	268,95	0,00
24/11/2003	70	702	Poltrona Interl.pé SKI NF 0702	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	268,95	268,95	0,00
30/12/2003	74/75	2040	Evaporador e Condensador de ar Tempstar 12000 NF 2040	Dispensa de Licitação	Sala Dir. Tec. Comercial	Ativo - Bom	2.100,00	2.100,00	0,00
28/07/2004	81	1342	Birô RD 64 NF 1342	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	266,00	266,00	0,00

29/11/2004	85	1042	Aparelho TI 630 Intelbrás NF 0001042	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	670,00	670,00	0,00
02/03/2007	94	14	Porta c/ grade embutida e grade de proteção NF 0014	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.200,00	1.200,00	0,00
13/09/2007	96	318980	Armário Run Alto BP15 FDO Duratri NF 318980	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	413,00	413,00	0,00
13/09/2007	97	318980	Armário Run Baixo BP15 FDO Duratri NF 318980	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	245,00	245,00	0,00
13/09/2007	98	318981	Armário Run Baixo BP15 FDO Duratri NF 318981	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	245,00	245,00	0,00
13/09/2007	99	378980	Gavet. Mart Movei 46AV SPEQ NF 318980	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião- Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	198,90	198,90	0,00
26/12/2013	108/109	3708	Armário S. Aberto e Gaveteiro NF 3708	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	741,88	741,88	0,00
20/10/2015	110	2828	Evaporadora Multi Inverter 12000 BTUS Carrier	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	1.350,00	1.102,50	247,50
21/10/2015	111	2828	Evaporadora Multi Inverter 9000 BTUS Carrier	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.000,00	816,67	183,33
22/10/2015	112	2828	Condensador de AR 27000BTUS Carrier	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	7.000,00	5.716,67	1.283,33
23/10/2015	113	2828	Condicionador de Ar HI WALL 18000 BTUS KOMEKO	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	2.650,00	2.164,17	485,83
24/10/2015	114	2828	Condicionador de AR HI WALL 24000 BTUS KOMEKO	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	3.380,00	2.760,33	619,67
26/01/2016	116	19579	Rolo Large Manual - Themoscreen - 3001	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	1.998,50	1.565,49	433,01
26/01/2016	117	19579	Rolo Large Manual - Themoscreen - 3002	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	1.998,50	1.565,49	433,01
03/02/2017	118	63098	Máquina de Café Expresso NF 63.098 Ponto Frio	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	237,46	164,24	73,22
28/06/2018	123	198133	Mesa Motiva 44512 NOCE 1700x750x800 NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	1.112,81	612,05	500,76
28/06/2018	124	198133	Gaveteiro Motiva 25315 NOCE 4Gav. 490x655x470 NF 198.133	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	755,15	415,33	339,82
28/06/2018	125	198133	Armário Motiva 25180 C/Porta Correr NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	1.022,23	562,23	460,00
28/06/2018	126	198133	Mesa Motiva 744160 Apa IpP2Gav 1,80x1,60 NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	2.064,67	1.135,57	929,10
28/06/2018	127	198133	Poltrona Cav. Prime 20101 Pres. NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	2.166,94	1.191,82	975,12
28/06/2018	128	198133	Conexão Pandin Primazia NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	161,21	88,67	72,54
28/06/2018	128	198133	Mesa Pandin Primazia Aux. 900x594 NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	494,56	272,01	222,55
28/06/2018	128	198133	Mesa Pandin Primazaio Dir. 1500x594	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	657,18	361,45	295,73
28/06/2018	129	198133	Gaveteiro Motiva 25315 NOCE 4Gav. 490x655x470 NF 198.133	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	755,15	415,33	339,82
28/06/2018	130	198133	Cadeira Cav Newnet 16003 Secretária NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	799,00	439,45	359,55

TOTAL							44.772,07	36.518,16	8.253,91
--------------	--	--	--	--	--	--	------------------	------------------	-----------------

Computadores e Periféricos

DATA DA AQUISIÇÃO	Nº TOMBAMENTO	Nº NOTA FISCAL	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS EM USO	FORMA DE AQUISIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CONDIÇÕES DE USO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE DEPRECIACÃO DO BEM	VALOR LÍQUIDO DO BEM
19/01/2010	106	15621	Impressora HP NF 15.621 Suprema Informática	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	231,50	231,50	0,00
31/05/2011	107	19973	Computador e periféricos NF 19973 Suprema Informática	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	1.690,00	1.690,00	0,00
10/11/2015	115	48881	Computador AIO Positivo NF 48.881 lbyte	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.999,90	1.999,90	0,00
17/04/2017	118	170785	Impressora Epson L375 Multifuncional	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	999,00	999,00	0,00
06/12/2017	120	184707	Impresso Multifuncional Deskjet NF 184.707 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	468,00	468,00	0,00
28/03/2018	121	68465	Computador AIO - LG NF 68.465 lbyte	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	3.000,00	3.000,00	0,00
09/05/2018	122	194967	Nobreak NF 194.967 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	643,81	643,81	0,00
13/08/2019	131	222727	Computador HP PRO ADM RYZEN 16GB 1TB - NF 222.727 - Marko	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	2.775,90	2.428,93	346,97
11/09/2023	132	966	Impressora Epson Tanque L3250 - NF 966 de E Fonteneles S Costa	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	1.603,00	106,87	1.496,13

TOTAL							13.411,11	11.568,00	1.843,11
--------------	--	--	--	--	--	--	------------------	------------------	-----------------

Aparelhos Celulares

DATA DA AQUISIÇÃO	Nº TOMBAMENTO	Nº NOTA FISCAL	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS EM USO	FORMA DE AQUISIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CONDIÇÕES DE USO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE DEPRECIACÃO DO BEM	VALOR LÍQUIDO DO BEM
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL							0,00	0,00	0,00
--------------	--	--	--	--	--	--	-------------	-------------	-------------

Teresina, 31 de Dezembro de 2023